

## TERMO DE REFERÊNCIA

***Realização de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social, ações voltadas para jovens e adultos no município de Caruaru***

### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente Termo de Referência para contratação de **empresa especializada para prestação de serviços de realização de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social, ações voltadas para jovens e adultos no município de Caruaru**, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em consonância com as disposições legais da Lei nº 14.133/2021.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, entidade autárquica de direito público, tem como finalidade precípua exercer as funções executivas relativas ao trânsito, transporte e mobilidade urbana no âmbito municipal. Criada e regulada pela Lei Municipal nº 7.345, de 10 de janeiro de 2025, a AMC detém competências específicas e essenciais, como promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

2.2. No exercício de suas atribuições institucionais, a AMC compreende que a educação para o trânsito é ferramenta estratégica para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a segurança viária.

2.3. A educação para o trânsito é instrumento essencial para a redução de acidentes, lesões e mortes nas vias públicas, especialmente em contextos urbanos com elevado fluxo de veículos e pedestres. A atuação preventiva, por meio de ações educativas, contribui significativamente para a mudança de comportamento da população, reduzindo condutas de risco.

2.4. Ademais, o projeto encontra respaldo em importantes diretrizes e políticas públicas, tais como: *Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que tange à formação cidadã; Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS); Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê a educação como direito de todos e dever do Estado; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).*

2.5. Nesse contexto, a administração municipal necessita encontrar a melhor solução para suprir a necessidade das ***ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru***, sendo tais medidas indispensáveis para o atendimento do fim público

trânsito, assegurando resultados concretos e alinhados às metas nacionais e locais de mobilidade urbana e segurança viária.

### 3. DA ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Os serviços a serem contratados se classificam como **serviços de natureza comum**, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021.

3.2. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO OFERTADO**, permitindo que um número maior de interessados participe

da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

**3.3.** O modo de disputa a ser utilizado é o ABERTO.

**3.4.** Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seu anexos.

#### 4. DO QUANTITATIVO

**4.1.** A contratação de empresa especializada para execução de ações, com ênfase na temática de trânsito e mobilidade urbana, com prazo contratual de 12 meses. A seguir, o quadro com detalhamento e quantidade dos itens:

| ITEM | Descrição  |
|------|--|
| 01   | <p><b>Execuções de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Abrangência e escopo:</u></li> </ul> <p><b>-Ações mensais- 60 ações</b><br/> <b>-Realizadas em locais, dias e horários previamente definidos pela AMC.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Estrutura e Logística:</u></li> </ul> <p>-Montagem de estações interativas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Recursos Humanos:</u></li> </ul> <p><b>-Equipe Multidisciplinar composta por 15 colaboradores. Podendo ser pedagogos, e ou recreadores e/ ou educadores físicos;</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Materiais e equipamentos:</u></li> </ul> <p>- Fardamento das equipes<br/>         - Capacitação dos artes educadores para a temática do objeto: Trânsito e Mobilidade Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Público-alvo:</u></li> </ul> <p>-Jovens e adultos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Resultados esperados:</u></li> </ul> <p>-Conscientização sobre segurança viária;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><u>Requisitos de segurança:</u></li> </ul> <p>-Garantia de segurança física dos envolvidos durante o evento;<br/>         -Controle de acesso ao espaço das atividades.</p> <p><b><u>-Responsabilidade integral com os custos de: deslocamento, alimentação, encargos sociais e trabalhistas</u></b> dos profissionais envolvidos e relacionados a prestação de serviço em tela.</p> |

**4.2. Observações Complementares aos Itens:**

Segue detalhamento da Memória de Cálculo:

- Realizadas mensalmente;
- Executadas em espaços públicos diversos (vias, escolas, praças);
- Baseadas em intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas;
- Com necessidade de estrutura descentralizada (estações simultâneas);
- Voltadas a jovens e adultos, com alta rotatividade de público.

#### **Estrutura Operacional das Ações:**

Para garantir dinamismo, cobertura e engajamento, considera-se:

estações temáticas simultâneas, por exemplo:

- Simulação de travessia segura
- Jogos educativos de sinalização
- Dinâmicas sobre comportamento no trânsito
- Atividades físicas com temática viária
- Quiz interativo
- Espaço de sensibilização (álcool x direção, por exemplo)

Considerando que as ações previstas têm caráter dinâmico não é possível estabelecer previamente todas as vias em que ocorrerão as atividades. A escolha dos locais dependerá de fatores como:

- Eventos alusivos ao trânsito
- Necessidades identificadas pelos órgãos competentes;
- Solicitações institucionais;
- Blitz educativa;

**25.1.** Dessa forma, a definição das vias específicas será formalizada nas Ordens de Serviço emitidas pela Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, de acordo com a quantidade de ações prevista no objeto contratual, observando a conveniência e o interesse público.

## **5 DO LOCAL DE EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços contratados deverão ser executados pela empresa, por sua conta, risco e expensas, em conformidade com a Ordem de Serviço emitida pela Autarquia de Mobilidade de Caruaru (AMC).

5.1 A execução ocorrerá, em dias e horários previamente acordados com o setor responsável da Autarquia.

5.2 O prazo para início da execução dos serviços será a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço com a contratada.

5.3 Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor designado pela AMC, que realizará a verificação das atividades executadas e emitirá o respectivo Atesto Técnico, observando a conformidade com o Termo de Referência, a proposta comercial e o contrato.

5.4 O recebimento dos serviços ocorrerá nas seguintes modalidades:

a) **Recebimento Provisório:** Após cada execução ou ciclo de manutenção, com conferência pelo fiscal técnico designado, para fins de verificação preliminar da conformidade com o escopo contratado.

b) **Recebimento Definitivo:** Em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante emissão de Atesto Definitivo, condicionado à ausência de vícios, falhas ou pendências, e à apresentação de relatório técnico pela contratada.

5.6. Caso sejam identificadas não conformidades ou falhas na execução dos serviços, a contratada será notificada formalmente e deverá providenciar a correção imediata, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional à AMC.

5.7. O recebimento definitivo dos serviços não exime a contratada da responsabilidade por vícios ocultos, defeitos técnicos ou falhas operacionais detectadas posteriormente, conforme previsto na legislação civil e contratual aplicável.

## 6 DO VALOR REFERENCIAL E DA FORMA DE PAGAMENTO

### 6.0 VALOR REFERENCIAL

6.1.1 O valor global estimado para o custeio da presente contratação é de **R\$ 759.252,60**

6.1.2 Destaca-se que o referido valor está em conformidade com o Mapa de Preços elaborado pela Gerência de Compras e Patrimônio da Secretaria de Administração, com base em pesquisas mercadológicas realizadas conforme as diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 080, de 05 de outubro de 2023, que regulamenta os procedimentos de definição do valor estimado das contratações públicas no âmbito do Município de Caruaru.

### 6.2 FORMA DE PAGAMENTO

6.2.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até **30 (trinta) dias consecutivos**, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

6.2.2 Os pagamentos serão realizados de forma integral, em correspondência com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização no mês anterior ao do pagamento. A nota fiscal/fatura devidamente atestada deverá ser apresentada junto à Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, situada na Rodovia BR 104, KM 62, S/N, Bairro Nova Caruaru, Polo Comercial de Caruaru – PE.

6.2.3 No ato da solicitação de pagamento, a contratada deverá apresentar, **obrigatoriamente**, os seguintes documentos atualizados:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Certidões de regularidade fiscal junto às Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

A contratada deverá indicar, no corpo da nota fiscal, os dados bancários (banco, agência e conta) para a realização do pagamento.

6.2.4 É vedado o pagamento antecipado.

6.2.5 Nenhum pagamento será realizado enquanto houver pendência de obrigação contratual por parte da contratada. Tal condição não gerará direito a reajuste, compensação ou atualização monetária.

6.2.6 Caso a nota fiscal apresente erro ou haja divergência documental, ela será devolvida para correção. Nesses casos, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciado a partir da data de regularização.

- 6.2.7 Atrasos imputáveis à contratada não ensejarão qualquer forma de compensação financeira.
- 6.2.8 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida exclusivamente em nome da contratada constante no contrato. Não serão aceitas notas fiscais com CNPJ divergente.
- 6.2.9 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor contratual durante os primeiros 12 (doze) meses. Havendo prorrogação contratual, os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, conforme dispõe o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento formal da contratada.
- 6.2.10 Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), quando for o caso, o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.
- 6.2.11 Está assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante demonstração de fato superveniente, imprevisível ou extraordinário, conforme art. 124, I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, desde que formalmente solicitado pela contratada com a devida comprovação documental.
- 6.2.12 Considera-se que os preços contratados abrangem todos os custos e encargos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo deslocamentos, mão de obra, ferramentas, insumos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros.
- 6.2.13 Na hipótese de atraso no pagamento, desde que não causado por culpa da contratada, incidirá atualização monetária com base na variação acumulada do IPCA/IBGE entre a data de vencimento e a efetiva data do pagamento.

## 7.0 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

7.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessíveis períodos, quando comprovada a vantajosidade do preço, em consonância com o art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Durante a vigência do contrato, o controle da execução será acompanhado pelos seguintes servidores:

- **Gestor(a) Titular:** Maria Rosana Bezerra Teixeira – Mat. 100605
- **Gestor(a) Suplente:** Wilson Wanderley Alves Soares- Mat.100728
- **Fiscal Titular:** Priscila dos Santos Oliveira – Mat. 100602
- **Fiscal Suplente:** Manoel Dantas de Barros Júnior – Mat. 100647

7.3 Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

7.4 As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais da ARP/Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto dos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio de Decreto nº 050, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

7.5 A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8.0 DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1 DA LEGISLAÇÃO**

8.1.1 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

### **8.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

8.2.1 Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o produto obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

- 8.2.1.1 Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;
- 8.2.1.2 Às normas da ABNT;
- 8.2.1.3 Às disposições legais Municipais e Estaduais;
- 8.2.1.4 Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- 8.2.1.5 Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 8.2.1.6 Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 8.2.1.7 Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 8.2.1.8 Às normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 8.2.1.9 As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstos no tópico 4 do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

### **8.3 REQUISITOS DE NEGÓCIO**

- 8.3.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE AÇÕES EDUCATIVAS, COM ÊNFASE NA TEMÁTICA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA** conforme especificações e quantidades estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

### **8.4 REQUISITOS TÉCNICOS**

- 8.4.1 A execução do objeto demandará que a empresa contratada atenda aos seguintes requisitos técnicos mínimos, visando assegurar a qualidade, a segurança e a efetividade das ações:

#### **Equipe Técnica Qualificada:**

- Disponibilizar profissionais com formação nas áreas de : educação e ou pedagogia e ou educação física ou áreas correlatas.
- Garantir a presença mínima de monitores para cada ação proposta pela AMC, respeitando normas de segurança e acompanhamento adequado.

#### **Planejamento e Metodologia das Atividades:**

- Elaborar cronograma e roteiro de atividades adequadas, observando aspectos de inclusão, acessibilidade e diversidade cultural.
- Garantir a adaptação de atividades em caso de condições climáticas adversas, sem prejuízo à programação prevista.

**Equipamentos e Materiais:**

- Fornecer todos os materiais lúdicos e pedagógicos necessários, devidamente higienizados e seguros, com certificações de conformidade quando aplicáveis (ex.: INMETRO).
- Disponibilizar equipamentos adequados para uso em vias públicas, incluindo estrutura para delimitação do espaço (cones, gradis, faixas), tendas de proteção solar/chuva e sonorização adequada ao ambiente.

**Segurança e Normas Regulamentares:**

- Garantir a presença de kit de primeiros socorros durante toda a execução das atividades.
- Observar protocolos sanitários vigentes, quando aplicáveis, incluindo higienização frequente de materiais e disponibilização de álcool 70% para uso dos participantes.

- 

**Logística e Montagem:**

- Montar e desmontar a estrutura no prazo estabelecido, de forma a não prejudicar o fluxo viário ou causar transtornos à comunidade.
- Providenciar transporte e armazenagem adequados para todos os equipamentos e materiais utilizados.

**Comunicação e Identidade Visual:**

- Utilizar faixas, banners ou outros meios visuais para identificação das ações, incluindo logotipos e informações fornecidas pela Administração Pública, quando determinado.

**Relatórios e Registro das Atividades:**

- Apresentar relatório final das ações realizadas, contendo descrição das atividades, número estimado de pessoas atendidas, registro fotográfico e eventuais ocorrências.
- Permitir acompanhamento e fiscalização pela equipe designada pela Administração durante todas as etapas de execução.

8.5 As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstos no Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

**9.0 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

9.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

9.2 Será VEDADA a participação de empresas nas seguintes condições:

9.2.1. Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;

9.2.2. Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;

9.2.3. Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

9.2.4. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

9.2.5. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.2.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

9.2.7. Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;

9.2.8. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;

9.2.9. Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;

9.2.10. Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

### **9.3 DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

9.3.1 Conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio pode ser vedada pela Administração Pública, de acordo com sua discricionariedade, desde que haja uma justificativa técnica fundamentada que leve em consideração as particularidades do caso concreto.

9.3.2 Neste contexto, a participação de consórcios de empresas, independentemente de sua forma de constituição, está vedada nesta licitação. A decisão baseia-se devido a simplicidade dos serviços a ser prestado, que não demanda a união de esforços de múltiplas empresas, garantindo assim maior eficiência, competitividade e transparência no processo licitatório, em consonância com o melhor interesse público.

## **10.0 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e ECONÔMICO-FINANCEIRA**

### **10.1 Atestados de Capacidade Técnica:**

Documentos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços similares ao objeto da contratação (educação para o trânsito, mobilidade urbana.).

## **11.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Prestar e executar todo o objeto ora licitado, de acordo com a sua proposta e com as normas e condições previstas no termo de referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

11.2 Arcar integralmente com a responsabilidade pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento CONTRATANTE.

11.3 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas neste Termo de Referência.

11.4 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.5 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

11.6 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste processo de contratação, com observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

11.7 Corrigir quando necessário os procedimentos que não obtiveram os resultados esperados na execução do contrato;

11.8 Colocar placas indicativas dos serviços, se necessárias e conforme a legislação pertinente;

11.9 Manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram sua contratação;

11.10 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas;

11.11 Refazer todos os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo do CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

11.12 Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e com as orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade;

11.13 Obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE;

11.14 Promover o afastamento imediato de qualquer dos seus empregados que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbem a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

11.15 Responsabilizarem-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

11.16 Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual e coletiva, observando e cumprindo as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho;

11.17 Realizar os serviços de modo que não prejudiquem o andamento normal das atividades do CONTRATANTE em horário de seu expediente normal;

11.18 A CONTRATADA deverá considerar os dias úteis como de horário normal de expediente, com

carga horário de trabalho iniciando as 07:00 horas e o término da jornada de acordo com o local de execução do serviço determinado pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA, conforme escopo de trabalho.

11.19 Formalizar o encerramento dos serviços, com documentação, procedimentos e termos de entrega;

11.20 Acatar as determinações feitas pela fiscalização da CONTRATANTE no que tange ao cumprimento do objeto contratado;

11.21 Prestar, de imediato, todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE no que diz respeito ao cumprimento do objeto contratado;

11.22 A CONTRATADA fica terminantemente proibida de utilizar qualquer servidor da CONTRATANTE na execução dos serviços contratados, nos termos do que estabelece na Lei Nº. 14.133/21, sob pena de imediata rescisão contratual;

11.23 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, ou de terceiros, ocasionados por seus empregados, em virtude de dolo ou culpa, durante a execução do objeto contratado;

11.24 A CONTRATADA deverá cumprir, as suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definem suas obrigações;

11.25 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e PREPOSTOS, quando aplicado nas dependências do órgão, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;

11.26 A CONTRATADA assumirá, sem que haja responsabilização da CONTRATANTE, todos os encargos, tributos e multas, devendo:

11.27 Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como mão de obra, ferramentas, equipamentos, taxas, emolumentos, encargos sociais;

11.28 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometidas por seus recursos técnicos, inclusive com as glosas previstas, quando da execução dos serviços especificados nas respectivas Ordens de Serviços;

11.29 Assumir responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

11.30 Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à exceção deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

11.31 Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

11.32 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

11.33 Assumir a responsabilidade pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionada com execução do objeto deste contrato;

11.34 Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação.

## **12.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;
- 12.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço a ser contratado, por intermédio de fiscais a serem designados, nos termos da Lei 14.133/21;
- 12.3 Cumprir suas obrigações estabelecidas no contrato;
- 12.4 Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar;
- 12.5 Promover o recebimento do objeto contratual nos prazos fixados para tal, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, administrativa, tributária, trabalhista e penal;
- 12.6 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a entrega de documentação;
- 12.7 Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.8 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.9 Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

## **13.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.2 Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.3 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

13.5 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.6 A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.7 A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

13.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11 A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12 Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

13.13 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### 14.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Dotação Orçamentária:</b> | Unidade Gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC                          |
|                              | Órgão Orçamentário: 13000 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU - AMC                       |
|                              | Unidade Orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU- AMC                      |
|                              | Função: 6 – Segurança Pública  |
|                              | Subfunção: 125 – Normatização e Fiscalização   |
|                              | Programa: 2605 – GERENCIAMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO                            |
|                              | Ação: 2.4611 – Suporte às Ações do Programa de Educação Permanente e formação no Trânsito. |
| <b>Despesa:</b>              | 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica                              |
| <b>Fonte de Recursos:</b>    | 183 – MSC – 1.752.0000 Recursos Vinculados ao Trânsito                                     |

## 15.0 JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

15.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente contratação, uma vez que o objeto pode ser realizado de forma plena e eficiente por empresa especializada no ramo, sem a necessidade de subcontratação para o cumprimento integral do objeto.

## 16.0 SUSTENTABILIDADE

16.1 A presente contratação observa os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que impõe à Administração Pública o dever de promover, sempre que possível, contratações que considerem critérios de sustentabilidade, inclusive na aquisição de bens e na execução de obras e serviços.

### 16.2 Geração de resíduos sólidos

Descrição: Atividades recreativas geralmente envolvem o uso de materiais descartáveis (embalagens, copos, balões, papéis, etc.).

Impacto: Poluição do solo e aumento na geração de resíduos urbanos.

Medidas Mitigadoras:

Exigir da contratada um plano de gerenciamento de resíduos.

Uso preferencial de materiais reutilizáveis ou biodegradáveis.

Instalação de lixeiras para coleta seletiva durante as atividades.

### 16.3 Poluição sonora

Descrição: Uso de som amplificado em atividades recreativas pode causar incômodos à fauna urbana e à população local.

Impacto: Poluição sonora, estresse para animais urbanos e moradores.

Medidas Mitigadoras:

Limitação de volume de som conforme legislação local.

Respeito aos horários permitidos para eventos em vias públicas.

Uso de caixas acústicas direcionadas para evitar propagação excessiva do som.

### 16.4 Uso de energia elétrica

Descrição: Equipamentos de som, iluminação ou infláveis exigem consumo de energia.

Impacto: Aumento no consumo energético e, indiretamente, nas emissões de CO<sub>2</sub>.

Medidas Mitigadoras:

Incentivo ao uso de equipamentos com maior eficiência energética.

Avaliação de uso de energia limpa (ex: geradores solares portáteis).

Incentivo ao uso de transporte público ou bicicleta para acessar o evento.

Escolha de vias com menor impacto viário para a realização das atividades.

## 17.0 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

17.1 Diante da análise comparativa, verifica-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública consiste na **contratação de empresa especializada para execução de ações de recreação voltadas ao trânsito.**

17.2 Essa fundamenta-se nos seguintes aspectos:

A empresa contratada dispõe de equipe multidisciplinar qualificada, composta por pedagogos, recreadores e educadores físicos, com experiência comprovada na execução de atividades educativas voltadas à Primeira Infância. As ações são desenvolvidas com metodologias próprias e consolidadas, que combinam recreação lúdica e educação para o trânsito.

### 17.3 Capacidade Técnica e Pedagógica:

A empresa contratada dispõe de equipe multidisciplinar qualificada, composta por pedagogos, recreadores e ou educadores físicos, com experiência comprovada na execução de atividades educativas voltadas ao trânsito.

### 17.4 Execução Planejada e Continuada:

O contrato permite a realização de ações distribuídas ao longo de 12 meses, assegurando continuidade, padronização e alcance territorial das atividades, promovendo engajamento comunitário e maior efetividade social.

### 17.5 Fornecimento Integral de Materiais e Logística:

A empresa se responsabiliza por todo o material pedagógico, equipamentos, estruturas móveis e recursos de segurança, reduzindo custos indiretos e simplificando a gestão operacional.

### 17.6 Resultados Mensuráveis e Impacto Social:

A atuação da empresa permite o acompanhamento por meio de indicadores de desempenho, mensurando efetividade pedagógica, engajamento familiar e contribuição para as metas do PNATRANS e os ODS 3 e 11.

### 17.7 Segurança Jurídica e Eficiência Administrativa:

A contratação via licitação garante conformidade legal, mitigando riscos de contingências e assegurando que a execução esteja alinhada às normas de gestão de recursos públicos.

## 18.0 MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 A prestação de serviço será efetuada integralmente somente após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva Ordem de Serviço, gerada pelo setor competente da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC e enviada por meio eletrônico à contratada.

A execução dos serviços deverá ocorrer nos seguintes locais e horários:

a) **Locais de execução:** vias públicas previamente selecionadas pela AMC

b) **Dias e horários:** O cronograma será definido pela AMC.

c) **Informação para execução das atividades:** A AMC deverá comunicar formalmente a a contratada com, no mínimo 48 ( quarenta e oito) horas de antecedência, a contratada o local onde será realizada as ações.

18.2 Caso a alteração do local ou horário de execução se faça necessária, a AMC deverá comunicar formalmente a contratada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à nova data de execução, por ocasião da emissão da nova Ordem de Serviço.

18.3. O prazo total de execução será em 12 meses de contrato, contados a partir da assinatura do contrato, com 60 ações mensais previstas

18.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com

as especificações, exigências e metas constantes no Termo de Referência e na proposta aprovada. Nestes casos, a contratada deverá promover as adequações ou substituições necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação formal, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas em contrato.

**18.6.** Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo transporte de equipe e materiais, tributos, seguros, encargos trabalhistas, logísticos e demais custos operacionais, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não sendo admitido qualquer repasse adicional à Administração Pública.

## **18.7. ETAPAS DE EXECUÇÃO**

### **18.7.1. Público-Alvo:**

Jovens e adultos.

### **18.7.2. Metodologia:**

As ações educativas serão desenvolvidas por meio de atividades lúdicas voltadas ao trânsito e mobilidade urbana.

### **18.7.3. Itens e responsabilidades da contratada:**

Compete à empresa contratada garantir todos os insumos, recursos humanos e materiais necessários

**18.7.4.** Todos os custos relacionados à execução das atividades, materiais pedagógicos e equipamentos, encargos sociais e trabalhistas estão integralmente incluídos no valor global do contrato, não cabendo qualquer ônus adicional à AMC.

## **19.0 DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**19.1** As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no Edital, independentemente de declaração do licitante.

**19.2** Será vencedora da licitação, a empresa que, ofertar o menor preço global, desde que, atenda todas as especificações definidas neste instrumento e seus anexos.

**19.3** A licitante classificada provisoriamente em primeiro deverá apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE.

**19.4** No caso de divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros corrigindo-se os valores finais, primando-se pelo valor aritmeticamente correto, no caso o preço global.

## **20.0 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 20.1 Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;
- 20.2 O CONTRATADO fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;
- 20.3 O licitante é, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase de licitação;
- 20.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

## **21.0 ANEXOS**

Anexo I – Mapa Comparativo de Preços nº 138/2026

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

**Samuel Miranda Silva Torres**  
**(Elaboração do TR)**  
*Coordenador – Gerência de Processos AMC*  
Matrícula: 100652



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E5BC-1BD9-4F9D-6BFE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SAMUEL MIRANDA SILVA TORRES (CPF 114.XXX.XXX-56) em 15/05/2026 11:34:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/E5BC-1BD9-4F9D-6BFE>